

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
ESPECIALIZAÇÃO EM TEOLOGIA BÍBLICA

LÚCIA MARIA VICENTE ALMEIDA
LUCINEIDE BANDEIRA DE QUEIROZ CRUZ
PE. REGINALDO PEREIRA DA COSTA
REINILDO GUSMÃO LOPES

A ABORDAGEM DOS TRÊS PILARES DA IGREJA: SAGRADO MAGISTÉRIO,
SAGRADA TRADIÇÃO E SAGRADA ESCRITURA

ANÁPOLIS-GO

2018

Lúcia Maria Vicente Almeida
Lucineide Bandeira de Queiroz Cruz
Pe. Reginaldo Pereira da Costa
Reinildo Gusmão Lopes

A ABORDAGEM DOS TRÊS PILARES DA IGREJA:
Sagrado Magistério, Sagrada Tradição e Sagrada Escritura

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Teologia Bíblica da Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial de obtenção do título de Pós-Graduação.

Orientador: Frei Flávio Nolêto, O.F.M.

ANÁPOLIS-GO

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

LÚCIA MARIA VICENTEALMEIDA

LUCINEIDE BANDEIRA DE QUEIROZ CRUZ

Pe. REGINALDO PEREIRA DA COSTA

REINILDO GUSMÃO LOPES

A ABORDAGEM DOS TRÊS PILARES DA IGREJA: SAGRADA ESCRITURA,
SAGRADA TRADIÇÃO E SAGRADO MAGISTÉRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção de título de Docência Universitária, sob a orientação do Prof. Frei Flávio Nolêto, com nota avaliativa ____

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Frei Flávio Pereira Nolêto

ORIENTADOR

Pa. Françoá Costa

CONVIDADO

RESUMO

Este artigo foi elaborado com a finalidade de abordar as três colunas da Igreja, Sagrada Escritura, Tradição e Magistério e buscou compreender a importância de cada uma e a conexão que há entre elas. O trabalho se desenvolveu através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, ou seja, um estudo sistematizado que se desenvolve baseando-se em material publicado (livros, revistas, jornais...etc.). Nesta, foram usados, Documentos da Igreja, livros e manuais de teologia e apostilas. Ao estudar a História da Revelação, encontram-se dois itinerários que indicam como Deus se revela através da palavra escrita (Bíblia), da palavra oral (Tradição) e plenamente por meio do Seu Filho Jesus Cristo que designou Apóstolos e através deles, o Magistério da Igreja, aos quais confiou também a Tradição e a Sagrada Escritura. Tradição Apostólica são ensinamentos dos discípulos de Cristo e de seus sucessores. Através da Sagrada Tradição, se interpreta e compreende as Sagradas Escrituras recebidas da Igreja. No ano de 1517, o ensino de Martinho Lutero rompe com a Tradição Apostólica, ele compreende como correta, a livre interpretação das Sagradas Escrituras, sem a necessidade do Magistério. No Concílio de Trento entendeu-se a importância do Magistério, da Sagrada Escritura e da Sagrada Tradição. Nas Sagradas Escrituras, encontra-se passagens que confirmam o Primado de Pedro. A Sagrada Tradição faz referência ao Papa, e o Magistério o definiu como infalível e Chefe da Igreja. Por isso o catolicismo incentiva o estudo das fontes da fé, que são de origem Divina.

Palavras-chave: Igreja. Revelação. Tradição. Magistério. Sagrada Escritura.

ABSTRACT

This article was elaborated with the purpose of approaching the three columns of the Church, Sacred Scripture, Tradition and Magisterium and sought to understand the importance of each one and the connection between them. This academic paper was developed through a qualitative bibliographical research, that is, a systematized study that was developed based on published material (books, magazines, newspapers ... etc.). In it, Church Documents, books and theology manuals, handouts were also used. While studying the History of Revelation, there are two itineraries that indicate how God reveals himself through the written word (Bible), the oral word (Tradition) and fully through His Son Jesus Christ, who appointed the Apostles and through them, the Magisterium of the Church, to whom he also entrusted Tradition and Sacred Scripture. Apostolic Traditions are the teachings of the disciples of Christ and their successors. Through Sacred Tradition, one is able to interpret and understand the Holy Scriptures received from the Church. In the year 1517, the teaching of Martin Luther breaks with the Apostolic Tradition, he understands as correct, the free interpretation of the Holy Scriptures, without the necessity of the Magisterium. The Council of Trent understood the importance of the Magisterium, Sacred Scripture and Sacred Tradition. In the Holy Scriptures, there are passages that confirm the Primacy of Peter. Sacred Tradition refers to the Pope, and the Magisterium defined him, the pope, as infallible and the head of the Church. This is why Catholicism encourages the study of the sources of faith, which are of Divine origin.

Keywords: Church. Revelation. Tradition. Magisterium. Sacred Scripture.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 SAGRADA ESCRITURA E A SAGRADA TRADIÇÃO	10
2.1 A TRADIÇÃO EXPLICA AS ESCRITURAS.....	11
3 SAGRADA TRADIÇÃO APOSTÓLICA, IGREJA E SAGRADAS ESCRITURAS	13
3.1 TRADIÇÃO APOSTÓLICA	13
3.2 IGREJA E SAGRADA ESCRITURA.....	17
3.3 TRADIÇÃO E APOSTOLICIDADE, O “AMÉM” DA IGREJA LOCAL NA COMUNHÃO DAS IGREJAS	19
4 REFORMA PROTESTANTE, REFORMA CATÓLICA E A POSIÇÃO DE AMBAS SOBRE SAGRADAS ESCRITURAS, SAGRADA TRADIÇÃO E MAGISTÉRIO	22
4.1 REFORMA PROTESTANTE	22
4.2 REFORMA CATÓLICA (CONCÍLIO DE TRENTO)	23
5 O PAPA SUCESSOR DE SÃO PEDRO É PONTO DE UNIDADE DO MAGISTÉRIO	26
5.1 SAGRADA ESCRITURA E PAPADO.....	26
5.2 TRADIÇÃO E PAPADO.....	28
5.3 MAGISTÉRIO E PAPADO.....	28
CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Ao estudar a História da Revelação, encontram-se dois itinerários, os quais nos indicam como Deus se revelou aos homens. A saber, palavra escrita (Bíblia) ou por meio da palavra oral (Tradição). Ao enviar Seu Filho Jesus Cristo ao mundo, Deus se revela plenamente, como afirma o Catecismo da Igreja Católica (70).

Quando veio ao mundo, Jesus iniciou o seu projeto de salvação e para auxiliá-lo chamou alguns homens que receberam o nome de Apóstolos. Esse primeiro grupo era composto de doze varões, e essa é a lista que contém o nome dos escolhidos: “Simão, chamado Pedro, depois André, seu irmão. Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão. Felipe e Bartolomeu. Tomé e Mateus, o publicano. Tiago, filho de Alfeu, e Tadeu. Simão o Cananeu e Judas Iscariótes, que foi o traidor” (Mt 10,1-4).

Jesus ensinava para os seus escolhidos tudo o que seria necessário para que eles pudessem exercer o ministério. Após sua Ressurreição, Cristo permaneceu ainda, quarenta dias para confirmá-los na fé e instruí-los sobre como procederiam ao transmitir a boa nova da salvação.

Cristo também de forma particular, distinguiu a particularidade de tarefas dentro da Igreja e entre os seus discípulos. Por exemplo, o Primado de Pedro que o tornou Chefe dos Apóstolos e de toda Igreja. Ao designar esses Apóstolos uma missão, Cristo começa a formar o que se define hoje como o Magistério da Igreja. Aqueles aos quais Cristo confiou o depósito da fé, que estão contidos na Tradição da Igreja, vinda dos próprios apóstolos e sucessores, e da Sagrada Escritura que existe hoje, graças a esse Magistério escolhido e eleito pelo próprio Mestre Jesus de Nazaré.

No ano de 1517, o protestantismo de Martinho Lutero, alegou que a interferência “humana” trazida pela Tradição, é ilegítimo na relação Deus e seguidores. Seguem a linha de pensamento, onde toda a revelação de Deus se encontra somente nas Sagradas Escrituras, desprezando assim, a Sagrada Tradição e Magistério.

Em vista disso, este artigo tem como finalidade compreender a importância dos três pilares da Igreja: Sagrada Escritura, Sagrada Tradição e

Sagrado Magistério na História da Revelação e do Cristianismo esclarecendo os seguintes pontos:

Mostrar a conexão entre Sagrada Escritura e a Sagrada Tradição; compreender a importância do Magistério inspirado pela Tradição apostólica e como este é confirmado pelas Sagradas Escrituras; fazer breve alusão quanto à reforma protestante a qual influenciou uma reforma da Igreja católica (Concílio de Trento); averiguar a veracidade da instituição de Pedro como chefe da igreja de Jesus Cristo, usando como meio esclarecedor a Sagrada Escritura Tradição e o Magistério.

Quando se estuda sobre as fontes da revelação, percebe-se a tendência de alguns grupos (exemplo: o protestantismo), de colocar a Sagrada Escritura como única base para a fé dos cristãos, não levando em conta a Sagrada Tradição que nos é transmitida através do Sagrado Magistério da Igreja.

Também na Igreja Católica, é possível encontrar fiéis alheios quanto ao conhecimento da Sagrada Tradição, da Tradição Apostólica e o Magistério, isto posto, faz-se importante esclarecer aos leigos ou àqueles que queiram saber mais sobre a fé professada no catolicismo. É relevante o fato de que através dessa pesquisa, a fé de muitos cristãos poderá ser reforçada, beneficiando assim a todos que tiverem acesso a este conteúdo.

O tema abordado neste trabalho se desenvolveu como uma pesquisa bibliográfica qualitativa, ou seja, um estudo sistematizado que se desenvolve baseando-se em material publicado tais como: livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, etc... Enfim, em material acessível ao público em geral.

Para abordar o assunto aqui tratado, os três pilares da Igreja: Sagrada Escritura, Sagrada Tradição e Magistério, foi necessário buscar fontes para desenvolvê-lo. Pesquisar e encontrar autores e obras relevantes, tornou-se um desafio árduo.

A Sagrada Escritura, um dos temas abordados neste trabalho, foi a primeira fonte consultada para a pesquisa. Da mesma forma, a disciplina de Teologia Bíblica que tratou do assunto deste artigo, tornou-se algo indispensável no desenvolvimento do conteúdo de uma parte do texto. Fontes pertinentes ainda para este artigo bibliográfico, foram os documentos da Igreja: Catecismo, Compêndio do Concílio Vaticano I e II e os Documentos Papais.

Para aprofundar um pouco mais sobre os pilares da Igreja, foram usados também livros e manuais de Teologia que tratam deste assunto. Destarte, foram usados os seguintes livros e manuais teológicos: História da Igreja, Ecclesiologia, Patrística, História das Religiões, Seitas e Denominações e o estudo sobre a doutrina das mesmas. Sobre os métodos científicos o livro de pesquisas de Vergara colaborou para o desenvolvimento deste artigo assim como, a apostila do Curso de Graduação de Teologia, esta, foi muito útil na dissertação deste trabalho acadêmico.

Visitas a bibliotecas particulares, bem como a biblioteca da Faculdade Católica de Anápolis, se tornaram um grande auxílio para composição do texto, assim como, recorrer as livrarias católicas, com o intuito de conseguir outras fontes que tinham conteúdos teológicos esclarecedores para elaboração do mesmo.

2 SAGRADA ESCRITURA E A SAGRADA TRADIÇÃO

Sobre os estudos das fontes da fé Católica a Igreja nunca deixou de afirmar que as Sagradas Escrituras e a Sagrada Tradição são essenciais e necessárias para a vida de todo cristão católico, é por meio de ambas que chegamos ao conhecimento de tudo que Deus nos revelou.

Há uma íntima conexão entre a Sagrada Escritura e a Sagrada Tradição da Igreja, já que ambas brotam do único manancial divino, têm idêntico objetivo e tendem ao mesmo fim. Dentro de uma correta interpretação, podemos dizer, sem receio de errar, que a Sagrada Escritura contém toda verdade revelada por Deus e que a Sagrada Tradição, sozinha, é via pela qual é possível conhecer certas verdades reveladas. Porém, essas concepções podem gerar a ideia de que existem duas fontes separadas de Revelação, o que não é certo. Para melhor enxergar o valor individual de cada uma e assim dar-lhes o mesmo afeto e veneração, torna-se conveniente dizer que existe uma relação orgânica entre elas uma unidade intrínseca. “Ambas têm a mesma origem e inspiração divina”. Elas se tornaram diferentes apenas pelo modo de comunicar as verdades da fé (BARBOSA, 2017, p.1).

Pode-se definir a Sagrada Escritura como a Palavra de Deus escrita e a Sagrada Tradição a Palavra de Deus oral, mesmo que sejam formas diferentes pelos quais Deus se comunica e se revela aos homens.

Escritura e Sagrada Tradição se unem e se fundem para construir um único depósito da Palavra de Deus. Por isso, quem quiser compreender com precisão todas as questões relacionadas com a fé e os costumes, deve aferi-las com uma e com outra. Não podemos contar só com a Escritura e nem só com a Sagrada Tradição porque não há dois rios um escrito por inspiração divina e outro oralmente transmitido pela assistência de Deus onde podemos beber a água viva das verdades reveladas, mas há uma só torrente, formada por essas duas correntes que se juntam e se integram (BARBOSA, 2017, p.1).

A fonte onde brota essa água é única e se encontra na Segunda Pessoa da Santíssima Trindade Jesus Cristo, que é o Verbo de Deus que no Princípio era Deus e estava junto de Deus, mas enviado pelo Pai se fez carne e habitou no meio dos homens (Jo 1,1-14) e através D’ele recebemos a plenitude da revelação.

Dessa fonte emanam, para formar um só manancial, a Sagrada Escritura e a Sagrada Tradição, unidas como as águas de um rio. Assim é impossível conceber uma Escritura independente da Sagrada Tradição, nem uma Sagrada Tradição independente da Escritura. Não há

necessidade de subordinar para unir, nem de separar para distinguir. Ambas são e formam a vida da Igreja (BARBOSA, 2017, p.1).

2.1 A TRADIÇÃO EXPLICA AS ESCRITURAS

Através da Sagrada Tradição interpreta-se e compreende-se a Palavra de Deus escrita, ou seja, a Sagrada Escritura, que nos dá a segurança que as verdades reveladas não são encontradas só nela mesma, mas também na Sagrada Tradição,

que é a condensação dos estudos e escritos que os santos dos primeiros séculos do cristianismo fizeram das divinas letras: A Escritura, além do mais, necessita da Sagrada Tradição para que conheçamos a sua existência, a sua legitimidade, a sua autenticidade e a sua integridade (BARBOSA, 2017, p.1).

Segundo a Exortação Apostólica *Verbum Domini* do Papa Bento XVI (2011), podemos afirmar que a Tradição existente é de suma importância para que a Igreja, na sua história, possa desenvolver bem o seu conhecimento da verdade revelada nas Sagradas Escrituras.

Outra colocação relevante sobre a relação da Tradição e as Escrituras, foi feita pelo Frei Battistini (2001), ele dizia que Jesus não mandou os apóstolos escreverem a Bíblia, mas deu ordem para pregar e ensinar a palavra de Deus.

Ele também selecionou algumas partes da própria Bíblia que confirma o valor da Tradição em convergência com a própria Sagrada Escritura. Dentre elas ele destaca o que está em (2Tm1, 13), onde Paulo pede que a comunidade de Timóteo não despreze os ensinamentos sobre a fé e o amor de Jesus Cristo, que dele receberam. Em (2 Ts 2,15) mostra como os autores do livro (Paulo, Silvano e Timóteo), interpela aos Tessalonicenses, para que fiquem firmes e perseverem nos ensinamentos recebidos, tenham sido eles por cartas ou palavras. “Pela palavra significa pela Tradição, isto é, pelo ensino oral. Pela nossa carta significa pela Bíblia, por escrito” (BATTISTINI, 2001, p. 20).

Mostra ainda, a apelação do autor para que, em nome de Jesus Cristo, evitem viver na comodidade e ociosidade, que contrapõe aos ensinamentos que dele próprio tivera recebido (2 Ts 3,6).

Por fim, na carta de Paulo a Timóteo, Paulo carinhosamente o chamando de filho, pede para que continuem a progredir na graça de Jesus Cristo, pede

ainda que, o que dele ouviu, assim como outros que testemunharam, seja transferido a homens fieis, e esses instrua também a outros. “Tu, portanto, meu filho, procura progredir na graça de Jesus Cristo, e o que de mim ouviste em presença de muitas testemunhas confia-o a homens fiéis que por sua vez, sejam de instruir a outros” (2 Tm 2, 1-2)

Na Igreja primitiva, os apóstolos não usavam a Bíblia como se usa hoje, o meio de ensino que eles utilizavam era a palavra oral, ou a Tradição, a qual eles mesmos foram protagonistas.

Assim sendo, a tradição oral tem como base os próprios textos bíblicos que confirmam sua autoridade, tornando-a um meio necessário para anunciar o Evangelho de Jesus Cristo a toda criatura como Ele próprio pediu (Mc 16,15).

O próprio evangelista João, comenta a respeito de acontecimentos que não estão contidos nas Escrituras, ele afirma no Evangelho que é de sua autoria, que Jesus fez muitas outras coisas que não haviam sido relatadas. “Fez Jesus, na presença dos seus discípulos muitos outros milagres os quais não estão escritos neste livro” (Jo 20,30). Mais adiante acrescenta: “Jesus fez ainda muitas outras coisas. Se fossem escritas uma por uma, penso que nem o mundo inteiro poderia conter os livros que se deveriam escrever” (Jo 21,25).

Acredita-se que através destas palavras o apóstolo João, quis demonstrar que não só a Sagrada Escritura seria a fonte da Revelação, mas, que existiria outra, e esta outra, se compreende como sendo a Sagrada Tradição, ensinada por ele e pelos outros apóstolos.

3 SAGRADA TRADIÇÃO APOSTÓLICA, IGREJA E SAGRADAS ESCRITURAS

A tradição apostólica é confirmada tanto pela Sagrada Tradição oral quanto pela Sagrada Escritura. A Igreja Católica, a tem como referência primordial para dar continuidade ao projeto Divino de Salvação.

3.1 TRADIÇÃO APOSTÓLICA

Tradição Apostólica é uma das colunas da fé Católica. São ensinamentos que recebemos diretamente dos primeiros doze discípulos de Cristo e eles receberam diretamente do Mestre, que também confiou somente a estes varões, a Revelação oral (Tradição). Esta, não é meramente uma tradição humana, mas é de origem Divina e tem como finalidade, tanto quanto a Sagrada Escritura, a salvação dos homens.

Sabe-se que o Magistério da Igreja extrai todo ensinamento que dá aos fiéis, da Revelação Divina, que compõe da Tradição (oral) que veio dos Apóstolos e da Tradição (escrita), a Bíblia. É sobre essa Tradição (escrita e oral), com igual importância nas duas formas, que o Magistério assenta seus ensinamentos infalíveis. Lembremos que nós católicos não temos só a Bíblia como norma de fé, mas também a Revelação que veio por intermédio da Revelação oral. “Sem está última, nem mesmo a Bíblia existiria como a temos hoje, já que ela foi berçada como diz D. Estevão Bettencourt e redigida pela Igreja (Bettencourt apud, BARBOSA 2017, p.1).

Há autores que fazem referências sobre a Tradição, explicando que, o pedido feito por Jesus, foi para que pregassem o Evangelho a toda criatura (Lc10-16), e aqueles que escreveram, tiveram uma atitude pessoal, e não o fizeram por uma ordem a eles dirigida, assim afirmou o Frei Battistini (2001).

A origem dos livros bíblicos do Novo Testamento, são todos de origem apostólica, conforme afirmação feita pelo autor acima citado. A isso, verifica-se por exemplo, os motivos que levaram os apóstolos a escreverem os Evangelhos, assim como, a data em que foram compostos os livros. Mostrar-se-á a seguir, quem são os Evangelistas e o possível período de composição dos livros atribuídos a eles, segundo a Tradição e estudiosos.

O primeiro dos Evangelhos, é do apóstolo Mateus, que era cobrador de impostos, ele escreveu seu evangelho em 60.d.C. “A Tradição cristã identifica

unicamente o apóstolo Mateus como sendo o autor do Evangelho” (HAHN 2014; MITCH, 2014, p.19). A Igreja tem como testemunho em favor do autor, os manuscritos antigos que são quase unânimes ao se referir a Mateus como o responsável pela composição do livro bíblico, leva-se também em consideração, o parecer dos Padres da Igreja que confirmam com convicção, o mesmo nome citado como o escritor do primeiro Evangelho.

Bettencourt (2011), defende que Marcos é o autor do segundo Evangelho, ele não fazia parte dos doze apóstolos, era apenas discípulo e seguidor dos mesmos e em especial de Pedro, que o tratava carinhosamente de filho (I Pd 5,13), talvez, assim acreditam alguns, que o tratamento privilegiado era por ter sido batizado por Pedro. Marcos, escreveu para os pagãos convertidos ao cristianismo e não para judeus. O seu livro foi escrito nos anos 50 d.C., segundo consta descobertas arqueológicas recentes.

O terceiro Evangelho, é atribuído a Lucas. Ao escrever o seu Evangelho, não esqueceu o povo que ingressava na Igreja e a própria vida eclesial com seus muitos carismas e virtudes, que refletia na vida dos primeiros cristãos (SEANNER, 2015).

Há uma “pequena” polêmica, ou seja, uma divergência sobre o período de composição de seus escritos. (HAHN; MITCH 2015), mostra que alguns autores, defendem que a escrita do evangelho de Lucas tenha sido por volta do início do ano 60 d.C., enquanto outros apontam para uma data posterior, por volta do ano 80 d.C., no entanto, essa discordância quanto a data, não interfere no conteúdo ou na originalidade de seus escritos. O mesmo autor, apresenta Lucas, como um querido médico (Lucas apresenta riqueza de detalhes quando por exemplo, relata sobre a passagem do “bom samaritano”), é também reconhecido por ser o único evangelista a escrever uma sequência, além do Evangelho, escreveu também o livro de Atos dos Apóstolos.

O quarto evangelho é atribuído por muitos, inclusive pela Tradição, a João.

João, era conhecido como o discípulo que Jesus amava (Jo 21,20) dizem, que essa preferência se dava por ser ele jovem e parente do Mestre. Tudo leva a crer que João, é mesmo o autor do quarto evangelho. Testemunhos da Tradição, afirmam que João pregou primeiro, falando e relatando os feitos de Jesus, e

depois os escreveu. “Este último estágio deve situar-se entre os anos 80 a 100, e não foi provavelmente, operado de um só jato” (GRELOT, 1970, p. 402). A conclusão do livro, devido a muitas interrupções segundo uma fonte do século II, aconteceu entre 95 e 100. Em todo o caso, era conhecido no Egito 20 anos mais tarde, porque figura no mais antigo manuscrito do Novo Testamento, o papiro *Ryland457* (encontrado cerca de 125 anos d.C.) (GLELOT, 1970, p 402).

Com as referências de como cada Evangelho foi composto, conclui-se que foi sob a luz do Espírito Santo que seus autores e outros apóstolos resolveram escrever os ensinamentos e os momentos mais pertinentes da vida de Cristo, e por meio dos seus escritos, instruíam os cristãos da então Igreja Nascente.

O Papa Bento XVI (2005) no documento Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*, afirma que os autores em suas pregações orais, exemplos e instituições, transmitiram aquilo que tinham recebido dos lábios, trato e obras de Cristo, assim como o que tinham aprendido por inspiração do Espírito Santo, com aqueles apóstolos e varões que fazem parte da vida da Igreja.

O Concílio Vaticano II recorda que esta Tradição de origem apostólica é realidade viva e dinâmica, ela progride na Igreja sob a assistência do Espírito Santo não no sentido de mudar na sua verdade, que é perene, mas progride a percepção tanto das coisas como das palavras transmitidas com a contemplação e o estudo, com a inteligência dada por meio da pregação daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam o carisma da verdade (*VERBUM DOMINI*, 17).

No livro dos Atos dos Apóstolos já se percebe sinais relevantes da sucessão apostólica. Ao ler este livro da Bíblia, nota-se, que era costume de os apóstolos eleger, convidar ou impor as mãos sobre candidatos ao ministério apostólico da Igreja.

Como exemplo pertinente desse costume, observa-se a eleição de Matias narrado em (At 1,23). Ao eleger Matias para o seletor grupo dos doze Apóstolos, notava-se que a sucessão seria uma praxe usada pelo Magistério eclesial, para escolher entre eles, substitutos para que pudessem dar continuidade a missão de transmissão da Palavra de Cristo; Batismo de Saulo por Ananias: Saulo, de perseguidor à convertido, é eleito por Ananias que o Batizou e impôs as mãos sobre ele a mando do próprio Senhor. Saulo se torna Paulo, e um

grande missionário da Igreja Nascente (At 9, 10-19); convite de Paulo a Timóteo. Paulo eleito por Ananias, escolhe para o ministério Timóteo para que se juntasse a ele no anúncio da Palavra de Deus (At 16,1-9), Timóteo que futuramente seria Bispo de Éfeso segundo a História eclesiástica de Eusébio (EUSÉBIO DE CESARÉIA, 2000).

Ao preparar seus sucessores, os apóstolos procuraram assegurar a transmissão das verdades da Tradição viva que iniciaram através das suas próprias pregações e que continuaria em toda história eclesiástica, como vem lembrar a Constituição Apostólica *Dei Verbum* do Concílio Vaticano II:

Para que o Evangelho sempre se conservasse inalterado e vivo na Igreja, os apóstolos deixaram como sucessores, os Bispos, a eles transmitindo o seu próprio encargo de Magistério (*Dei Verbum*170).

Ensina-se ainda, que contemporâneos aos apóstolos, houveram alguns Padres da Igreja, que viviam na época da História da Igreja conhecida como Patrística, entre esses Bispos que foram discípulos e sucessores diretos desses apóstolos eleitos e escolhidos pelo próprio Cristo. Por exemplo: Santo Irineu, São Policarpo, Santo Inácio de Antioquia e Clemente Romano (que foi eleito Bispo de Roma, sendo o terceiro sucessor de S. Pedro), este, também é citado por Paulo numa das suas cartas (EUSÉBIO DE CESARÉIA, 2000).

Para melhor entendimento sobre a questão aqui exposta, pode-se mais uma vez, recorrer aos Documentos da Igreja: *Dei Verbum* e *Verbum Domini* respectivamente:

Esta Tradição, oriunda dos Apóstolos, progride na Igreja sob assistência do Espírito Santo: cresce, com efeito, a compreensão tanto das coisas como das palavras transmitidas, seja pela contemplação e estudo dos que creem, os quais as meditam em seu coração (cf. 2,19 e 51), seja pela íntima compreensão que desfrutam das coisas espirituais, seja pela pregação daqueles que com a sucessão do episcopado receberam o carisma seguro da verdade. A Igreja, pois no decorrer dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que se cumpram nela as palavras de Deus. O ensinamento dos Santos Padres testemunha a presença vivificante dessa Tradição, cujas riquezas se transfundem na praxe e na vida da Igreja crente e orante (*DEI VERBUM*,173-174).

“A Palavra Divina, pronunciada no tempo, deu-se e entregou-se à Igreja definitivamente para que o anúncio da salvação possa ser eficazmente comunicado em todos os tempos e lugares” (*VERBUM DOMINI*,17).

O Catecismo da Igreja Católica, também confirma a sucessão apostólica a partir da tradição:

Quanto a Sagrada Tradição, ela transmite integralmente aos sucessores dos apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos apóstolos para que, sob a luz do Espírito de verdade, eles por sua pregação fielmente a conservem e difundam. Daí resulta que a Igreja, a qual estão confiadas à transmissão e a interpretação da Revelação, não deriva a sua certeza a respeito de tudo o que é revelado somente da Sagrada Escritura. Por isso ambas devem ser aceitas e veneradas com igual sentimento de piedade e reverência (*CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA*, p.82).

Diante dessas afirmações vindas da própria Sagrada Escritura que confirma o Magistério, afirmações essas, que são atribuídas por pessoas que viveram próximos aos apóstolos de Cristo, é ilegítimo que se negue, a importância e a veracidade do que nos traz a Tradição.

3.2 IGREJA E SAGRADA ESCRITURA

A Bíblia cristã que existe hoje, chegou aos seus leitores através da Igreja Católica. Os povos antigos escreviam em tijolos, papiros e pergaminhos, e é sabido que os primeiros escritores bíblicos eclesiásticos, usavam pergaminhos para escrever os livros sagrados contidos na Palavra de Deus.

Hoje a Sagrada Escritura existe como é, graças a esses escritores que eram monges da Igreja, e que no seu trabalho tiveram o cuidado de fazer algo tão importante para a vida de todo povo de Deus.

“As cópias mais antigas da Bíblia se encontram na Biblioteca Vaticana (Código Vaticano: B-03) e no Museu Britânico” (Código Sinaitico: S-01) (*BATTISTINI*, 2001, p.11).

A respeito da interpretação da Sagrada Escritura, se deve confiar também naqueles que são indicados pelas autoridades eclesiásticas. Por isso, a hermenêutica bíblica segundo o Papa Bento XVI (2011), deve ser feita na Igreja.

Citando São Boaventura, o Papa diz que, sem a fé, não podemos ter acesso aos textos da Bíblia. (BOAVENTURA, apud BENTO XVI 2011).

Sendo assim, é impossível que alguém possa entrar para conhecer, se antes não tiver a fé infusa de Cristo, que é a lanterna, porta e também fundamento de toda a Escritura (*DEI VERBUM*, 29).

Não por acaso, “São Jerônimo recorda que, sozinhos, nunca se pode ler a Escritura. Encontramos demasiadas portas fechadas e caímos facilmente no erro” (*VERBUM DOMINI*, p. 30).

Sobre o individualismo, a *Dei Verbum* nos exorta e nos alerta com esta afirmação:

A este propósito, porém, deve-se evitar o risco de uma abordagem individualista, tendo presente que a Palavra de Deus nos é dada precisamente para construir comunhão, para nos unir na Verdade no nosso caminho para Deus. Sendo uma Palavra que se dirige a cada um pessoalmente, é também uma Palavra que constrói a igreja. Por isso o texto sagrado deve-se abordar sempre na comunhão eclesial (*DEI VERBUM*,86).

A Escritura segundo palavras do Papa Bento XVI (2011), pertence ao povo de Deus, sempre presente na história da humanidade, porque este povo é definido como sujeito da Palavra de Deus, e por isso é imutável, e sendo assim, esta Palavra continua viva no povo contemporâneo a ela.

Isto posto, é importante ler a Escritura e ouvi-la na comunhão da Igreja, isto é, com todas as grandes testemunhas desta Palavra, a começar dos primeiros Padres até os Santos de hoje e o Magistério atual (*VERBUM DOMINI*, 86).

A Igreja Católica e o seu Magistério, são os guardiões da Palavra de Deus e estão a serviço da mesma. Como Mãe e Mestre, a Igreja de Cristo, deve ensinar de forma clara e esclarecedora, as Sagradas Escrituras ao Povo de Deus, e estes, devem absolver esses ensinamentos e guardá-los na mente e no coração, para colocá-los em prática como bons cristãos, aquilo que ouviram e apreenderam.

3.3 TRADIÇÃO E APOSTOLICIDADE, O “AMÉM” DA IGREJA LOCAL NA COMUNHÃO DAS IGREJAS

A Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (1999), mostra como a Palavra revelada foi recebida pelas primeiras comunidades cristãs e a importância da Sagrada Tradição, como subsídio indispensável ao processo de compreensão daquele povo.

O Sim de Deus comanda e convida o “Amém” dos crentes. A Palavra revelada, que a comunidade apostólica testemunhou originalmente, é recebida e comunicada através da vida da Comunidade cristã. A Tradição (*paradosis*) refere-se a esse processo (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, 1999, p.24).

A comunidade cristã local, recebe bem a palavra revelada. E entende a grande importância dos ensinamentos trazidos pela Tradição, acolhendo-a com muito respeito, atenção e amor.

São Paulo, ao falar para à comunidade de Corinto (1 Cor 15, 3), afirma a propagação do evangelho de Cristo nas comunidades cristãs.

O Evangelho de Cristo crucificado e ressuscitado é continuamente transmitido e recebido nas Igrejas cristãs. [...]Essa tradição, ou transmissão, do Evangelho é o trabalho do Espírito, principalmente através do ministério da Palavra e do Sacramento e na vida comum do povo de Deus (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, 1999, p. 24).

A Sagrada Tradição, é algo que está em movimento na História do Povo de Deus e foi transmitida por aqueles varões escolhidos por Cristo de geração em geração, e depois confiada definitivamente, à comunidade apostólica. (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, 1999).

Ainda segundo a Comissão Internacional Anglicana-Católica Romana (1999), a Sagrada Tradição oral é algo muito mais profunda, ou seja, não é superficial. Traz consigo uma série de ensinamentos e elementos únicos à fé católica.

A Tradição é muito mais do que a transmissão de proposições verdadeiras referentes à salvação. Uma concepção minimalista da Tradição que a limitasse a um repositório de doutrinas e decisões

eclesiais é insuficiente. A Igreja recebe, e deve transmitir todos elementos constitutivos da comunhão eclesial: o batismo, a confissão, da fé apostólica, a celebração da Eucaristia, a liderança mediante ministério apostólico. Na economia da salvação (*oikonomia*) do amor de Deus pela humanidade, a Palavra que se fez carne e viveu entre nós esta no âmago do que foi transmitido desde o início e do que será transmitido até o fim (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-ROMANA, 1999, p. 24).

A Tradição é um meio pelo qual Deus transmite o seu amor, e o faz ser conhecida pelos cristãos em todo orbe terrestre.

Através dela, de uma geração a outra, e de um lugar a outro, a humanidade partilha a comunhão na Santíssima Trindade. Pelo processo da Tradição, a Igreja ministra a graça do Senhor Jesus Cristo e a *koinomia* do Espírito (IGREJA COMO COMUNHÃO, Apud COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, 1999).

Sendo assim, a Sagrada Tradição apostólica, é indispensável para a economia da graça, do amor e da unidade. Seria um presente para aqueles que não foram testemunhas oculares dos ensinamentos de Jesus Cristo (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA 1999).

Por essa razão, quem está a serviço da Palavra de Deus deve ensinar aos irmãos com coragem e sabedoria. “A Tradição é um tesouro a ser recebido pelo povo de Deus e um dom a ser partilhado com toda humanidade” (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, 1999, p. 25).

A Tradição oriunda dos apóstolos, é dada por Deus e por isso, deve ter um intercâmbio entre Ele e os homens de maneira constante.

Através dela, o Espírito Santo forma, mantém e sustenta a comunhão das Igrejas de uma geração para outra. A transmissão e a recepção da Tradição apostólica são um ato de comunhão pelo qual o Espírito une as Igrejas locais de nossos dias àquelas que as precederam na fé apostólica una. O processo de tradição acarreta a recepção e comunicação constante e contínua da Palavra de Deus em muitas circunstâncias diversas e em tempos constantemente mutáveis. O Amém da Igreja a Tradição apostólica é fruto do Espírito que guia continuamente os discípulos para toda a verdade (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, 1999, p. 25).

A Tradição se manifesta nas Igrejas locais, por meio da Palavra de Deus lida e explicada, e também através dos Sacramentos celebrados pelos Ministros

ordenados da Igreja e recebidos pelo Povo de Deus. Por conseguinte, o Espírito Santo enviado por Cristo, age na Igreja e movimenta-a.

O propósito da Tradição é atingido quando através do Espírito, a Palavra é recebida e vivida na fé e na esperança. O testemunho da proclamação, dos sacramentos e da vida em comunhão é, ao mesmo tempo, o conteúdo da Tradição e seu resultado. Assim, a memória frutifica na vida de fé dos fiéis na comunhão da Igreja local (COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-CATÓLICA ROMANA, 1999, p.25).

A Tradição nas Igrejas particulares em convergência com a Igreja de Roma, demonstra em dioceses e suas respectivas paróquias do mundo, todos seus diversos carismas manifestados por povos de várias raças e culturas, é a diversidade na unidade, que são modos diferentes de exprimir a mesma fé, sem deixar de ser submisso a um só governo, que se torna visível na pessoa do Papa e seus sucessores.

4 REFORMA PROTESTANTE, REFORMA CATÓLICA E A POSIÇÃO DE AMBAS SOBRE SAGRADAS ESCRITURAS, SAGRADA TRADIÇÃO E MAGISTÉRIO

A igreja fundada por Cristo, organizou seu cânon no concílio de Hipona em 397 d.C., seus dogmas de fé e suas “regras” em concordância com Sagrada escritura e Sagrada Tradição apostólica. Assim permaneceu por longo tempo apesar de alguns como John Wiclef, na Inglaterra; João Huss, na Polônia; Jerônimo de Praga, Guilherme de Occan e outros apresentarem ideias reformistas, mas sem obtenção de êxito. Séculos mais tarde, a ideia reformista surge novamente.

4.1 REFORMA PROTESTANTE

O idealista da Reforma protestante foi o Alemão Martinho Lutero, monge Agostiniano nascido em Eisleben no dia 10 de novembro de 1483, ingressou na vida religiosa segundo alguns historiadores, não propriamente por um chamado vocacional, mas, por outras razões pessoais. Por exemplo: Almeida (1999), no seu Livro História da Igreja Moderna, diz que Lutero e um grupo de pessoas foram atingidos por um raio e vendo isso muito próximo, ele busca proteção do céu. “Santa Ana! ‘Grita’; salva-me e eu me tornarei monge” (ALMEIDA, 1999, p.56). Outros historiadores vão mais longe, dizendo que ele entrou no mosteiro para fugir da justiça, porque tinha matado uma pessoa em um duelo.

A falta de vocação e a não compreensão de certas doutrinas ou de medidas tomadas pela Igreja, no tempo que ingressou na vida religiosa, unido aos interesses iluministas que pregava a liberdade da razão e da consciência, ideias as quais Lutero usou contra Roma, o motivou iniciar a Reforma Protestante, dividindo a partir do dia 31 de outubro do ano de 1517, o cristianismo.

A doutrina de Lutero, tinha como pontos principais: a fé sem obras é suficiente para a salvação, e a Bíblia como única fonte da Revelação. Ao afirmar esta segunda tese, Lutero rompia de vez com a Tradição apostólica.

D. Estevão Bettencourt, escreveu sobre o rompimento de Lutero com a Tradição da Igreja, fazendo a seguinte colocação:

Somente a Bíblia é fonte de fé, ficando rejeitada a tradição oral que sempre acompanhou a Bíblia, contribuindo para indicar o genuíno sentido dela. Também o magistério da Igreja era rejeitado, cabendo a cada crente exercer o “Livre exame” do texto sagrado (BETTENCOURT, 2012, p. 45).

Os ensinamentos de Martinho Lutero, que colocaram em suspeita a Tradição apostólica e deixou a livre interpretação das Sagradas Escrituras, segundo o critério de cada um sem necessidade do Magistério, fizeram surgir outros reformadores, entre eles Calvino, autor da doutrina da dupla predestinação, uma para a salvação e outra para a condenação eterna; o Rei Henrique VIII, que discordou do Papa sobre a doutrina da nulidade matrimonial, (após propor a anulação do seu primeiro casamento, não obtendo parecer positivo, fundou o Anglicanismo Inglês); Knox Schimid, fundador da denominação Batista, ele foi seguidor da doutrina da predestinação calvinista.

Surgiram além desses, muitos outros reformadores com suas novas doutrinas, que dividiram os cristãos, abrindo grandes feridas na Igreja.

4.2 REFORMA CATÓLICA (CONCÍLIO DE TRENTO)

Após a Reforma protestante, surgiu entre o clero a sugestão de que haveria a necessidade da convocação de um concílio ecumênico e através dele, iniciar uma reforma dentro da própria Igreja. Depois de sugerir a convocação de um Concílio, começaram a surgir ideias do local onde seria realizado. Após ter sido feitas análises sobre a possível sede, ficou decidido que o Concílio seria feito na cidade de Trento.

Escolhido o lugar para realizar o Concílio, agora faltava a convocação. Em 1542, houveram duas tentativas frustradas, e finalmente em 1544, conseguiram convocar o tão sonhado Concílio Tridentino em novembro deste mesmo ano, por meio da bula *Laetare* Jerusalém. A abertura estava prevista para março de 1545, “No entanto, a ausência de muitos Bispos além de outras dificuldades, retardou ainda mais a abertura, que só aconteceu no terceiro domingo do Advento, 15 de dezembro de 1545” (ALMEIDA, 1999, 175).

“Os objetivos do concílio são os fixados pela bula *Laetare* Jerusalém: unidade religiosa, reforma da Igreja e cruzada contra os turcos” (ALMEIDA, 1999,

p.177). Os conteúdos doutrinários do Concílio foram: Pecado e Justificação; Bíblia e Tradição; e a doutrina sobre os Sacramentos (Almeida, 1999).

Sabe-se que foi no Concílio de Trento, que os livros que compõem a Sagrada Escritura, foram definidos como canônicos, confirmando a decisão do Concílio de Hipona em 397, no qual também, foi confirmada a autenticidade da Tradição vinda dos primeiros apóstolos de Cristo.

A decisão do Concílio sobre quais livros faziam parte do cânon da Bíblia, foi feito através de um decreto que reconheceu como inspirados 73 livros, sendo 46 do Antigo Testamento e 27 do Novo Testamento. Todos os livros deveriam ser acolhidos segundo decisão da Igreja, quem não aceitasse a decisão estava sujeito a pena de excomunhão, conforme decisão do próprio Concílio de Trento.

Por meio das decisões dos Concílios e de forma especial o de Trento, entende-se, a importância do Magistério em relação à Sagrada Escritura, ou seja, através do trabalho dos Papas e Bispos, os cristãos têm hoje acesso a Bíblia.

Em Trento foram confirmados e corrigidos também pelo Magistério, outros elementos importantes para a vida da Igreja e dos fiéis: “O Concílio acentuou a continuidade da história da Igreja, ao oferecer a definição das fontes da fé colocando ao lado da Bíblia a Tradição” (ALMEIDA, 1999, p. 181). Assim, ficou definido que as verdades reveladas pela Escritura Sagrada, teriam a mesma relevância daquilo que é ensinado por meio da palavra oral ou Tradição apostólica, Tradição essa que, conta ainda, com “o testemunho dos santos Padres e dos concílios aprovados, isto é, o juízo e o consenso da Igreja” (ALMEIDA, 1999, p.181).

A doutrina sobre os Sacramentos como parte da Tradição da Igreja, foi confirmado como digno de credibilidade incontestável. A esse respeito, o Concílio decidiu o seguinte:

Os Sacramentos contêm em sentido real (como a causa contém, o próprio efeito) a graça, da qual são sinal, e a conferem a todos que não impedem a ação. Os sete sacramentos foram instituídos por Jesus Cristo não apenas para alimentar a fé (Como entendia Lutero) e não são só sinais de pertença cristã. Foram instituídos, sobretudo para comunicar a graça, da qual são “sinais eficazes”, agindo *ex opere operato* (ALMEIDA, 1999, p.181 e 182).

Sobre a celebração da Santa Missa, Trento afirmou que se trata do perpétuo sacrifício de Cristo na cruz sob forma de Sacramento (BARBOSA, 2017). Afirma-se que é o próprio Cristo oferecendo-se como sacrifício pelos pecados dos homens.

O Concílio encerrou-se no dia 04 de dezembro de 1563 e no dia 26 de janeiro de 1564, uma bula papal foi dada confirmando os decretos conciliares, e outra bula papal do mês de julho do mesmo ano estabelece esses decretos a toda Igreja.

Em 1566, é publicado o catecismo dos párocos, *Catechismus ex decreto concilii Tridentini ad parochos*, que havia sido pedido pelo concílio desde 1546 para cuja realização se empenhara, sobretudo são Carlos Borromeu; o Breviário Missal romano sai, respectivamente em 1568 e 1570; em 1593 é publicada a Vulgata Clementina, uma edição revista da Vulgata, que o concílio havia declarado como texto autêntico (ALMEIDA 1999, p.184).

Segundo (ALMEIDA,1999), A Vulgata de São Jerônimo, foi a primeira grande tradução da Sagrada Escritura. Em Trento, foi ainda declarada a sua autenticidade, mas, ainda com necessidade de algumas observações críticas sobre a tradução em vigor.

“O Concílio de Trento foi o mais longo da história, tendo durado 18 anos, com longas e numerosas interrupções” (ALMEIDA, 1999, p.177). Teve início no governo de Paulo III e finalizou sob o governo de Pio IV, deixando um precioso legado para os cristãos católicos presente em todo orbe terrestre.

5 O PAPA SUCESSOR DE SÃO PEDRO É PONTO DE UNIDADE DO MAGISTÉRIO

Roma, a partir de Pedro, tornou-se a sede da Igreja Católica, e na Cidade Eterna encontra-se a Cátedra de São Pedro, símbolo do governo papal. O Papa é sinal visível do poder de Cristo aqui na terra, é a continuação da missão de Pedro que foi o primeiro Sumo Pontífice. O Papa é ainda o sinal de unidade entre o Magistério e de todos os cristãos Católicos e é aquele que define, decide, e que tem a palavra final, sobre matéria de fé e moral.

5.1 SAGRADA ESCRITURA E PAPADO

Segundo D. Estevão Bettencourt (1997), é possível localizarmos passagens das Sagradas Escrituras que indicam o Primado de Pedro a quem Jesus escolheu como Chefe da Igreja, nesta própria escolha, encontram-se provas nas próprias palavras de Jesus, escritas pelos evangelistas, onde eles mostram, qual era a vontade do Senhor de instituir um líder para a sua futura e amada Esposa, a Igreja:

Jesus então lhe disse: Feliz és Simão filho de Jonas, porque não foi a carne nem o sangue quem te revelou isto, mas meu Pai que está nos céus. E eu te declaro: Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do reino dos céus: Tudo o que ligares na terra será ligado no céu e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus (Mt 16,17-19).

D. Estevão (1997), chama atenção ainda sobre o número de citações a respeito do nome de Pedro, ele é mencionado mais vezes que os outros apóstolos. O seu nome é lembrado 171 vezes.

No catálogo dos apóstolos (Mt 10,2-4; Mc 3,16-19; At 1,13), Pedro sempre é colocado em primeiro lugar. Em Mt 10,2 lê-se explicitamente que Pedro é o primeiro (*protós*). Ora *protós* tanto quer dizer o primeiro numericamente como o primeiro em dignidade e honra (BETTECOURT, 1997, p. 15).

No Evangelho de Jo 21, Jesus confirma a promessa que fez nos escritos de Mt 16: “Jesus perguntou a Simão Pedro: Simão, filho de João, ama-me mais

do que estes? Respondeu ele: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros”. (Jo 21, 15). Por mais duas vezes Jesus perguntou a mesma coisa a Pedro e ele confirmou dizendo sim (Cf. Jo 21,16-18), aceitando assim a missão de ser o primeiro dos Apóstolos de Cristo, o Pastor dos Pastores com a missão de velar e proteger o rebanho dos inimigos e conduzi-lo ao encontro do Senhor.

“A imagem do Pastor, designa na Sagrada Escritura, o Messias e sua obra. Ora, confiando a Pedro a missão de pastor, Jesus o constitui seu representante visível na Terra” (BETTECOURT, 1997, p. 17).

Nos Atos dos Apóstolos, encontram-se passagens que confirmam Pedro como Chefe da Igreja, a exemplo disso temos:

Eleição de Matias: Pedro dirigindo aos demais Apóstolos, recordou a traição de Judas Iscariótes e apresentou dois nomes possíveis para substituí-lo, José, chamado Barsabás e Matias o Justo Depois de terem feito um momento de oração, chegaram à conclusão que Matias fosse incluído no grupo dos 11 apóstolos; Em (At 2,14-36), Pedro foi o primeiro a pregar no dia de Pentecostes: cheio de coragem o chefe dos apóstolos anuncia a todos sobre o homem Jesus de Nazaré e das boas obras que Ele realizou diante de todos e de como foi humilhado, ultrajado e morto. E por último, fala sobre a Sua ressurreição vitoriosa contra o pecado e a morte; (At 15,7-11), Ele como líder da Igreja nascente foi o que através da palavra, deu início ao Concílio de Jerusalém, o primeiro de muitos convocados pelos Papas.

Nesse concílio, foi tratado sobre a circuncisão dos pagãos através da lei de Moisés observada no judaísmo, e como a Igreja surgia naquela região. Havia uma discussão se os cristãos vindos de outros povos ou do paganismo, deveriam observar tal lei. Pedro então esclarece sobre a importância de acolher diferentes povos na Igreja de Cristo, e como o próprio Senhor foi ao encontro daqueles que não pertenciam ainda ao povo escolhido.

O desejo era que também esses povos pudessem ingressar na Igreja sem ser necessário praticar alguns rituais da religião judaica, já que isso não comprometia a salvação dos mesmos.

5.2 TRADIÇÃO E PAPADO

Santo Irineu (1995), no seu Livro *Contra as Heresias*, faz uma rica exposição sobre a Sagrada Tradição Apostólica referindo-se em uma parte da sua obra de modo especial a Igreja de Roma que teve como fundadores as duas colunas apostólicas da Igreja Católica Pedro e Paulo. A partir desses dois grandes Apóstolos, Irineu (1995), faz uma citação na qual se encontra uma pequena lista da sucessão do Bispo de Roma, ou seja, o Papa. Esta é a sequência elaborada por ele:

Os bem-aventurados apóstolos que fundaram e edificaram a Igreja transmitiram o governo episcopal a Lino, o Lino que Paulo lembra na carta a Timóteo. Lino teve como sucessor Anacleto. Depois dele, em terceiro lugar, depois dos apóstolos, coube o episcopado a Clemente, que vira os próprios apóstolos e estivera em relação com eles, que ainda guardava viva em seus ouvidos a pregação deles e diante dos olhos a tradição. E não era o único, porque nos seus dias viviam ainda muitos que foram instruídos pelos apóstolos. A este Clemente sucedeu Evaristo, Alexandre; em seguida, sexto depois dos apóstolos foi Sisto, depois dele, Telésforo, que fechou a vida com gloriosíssimo martírio; em seguida Higino; depois Pio; depois dele, Aniceto. A Aniceto sucedeu Sóter e, presentemente, Eleutério, em décimo segundo lugar na sucessão apostólica, detém o pontificado. Com esta ordem a sucessão chegou até nós (IRENEU, 1995, p.250, 251).

Para os cristãos católicos do mundo todo, a lista de Irineu de Lião, ajuda-os a compreender um pouco sobre o desenvolvimento do papado na História da Igreja. Quando se fala do poder dado ao primeiro dos Apóstolos (Pedro), se faz referência a um Governo dado pelo próprio Cristo, que viu a ascensão e queda de muitos impérios, reinos e sistemas políticos, e mesmo assim, continuou intacto, e hoje já se tem uma lista de duzentos e sessenta e seis Papas, sendo o último e atual o Papa Francisco.

A Cidade de Roma ficou definida como sede do Papado, a razão da escolha seria o martírio de Pedro, o primeiro Papa da Igreja que teria ocorrido na Cidade Eterna. O Apóstolo foi crucificado de cabeça para baixo por ordem do Imperador Nero em 64 d.C. e o seu corpo foi sepultado no local onde está construída a Basílica que tem o seu nome na Cidade do Vaticano.

5.3 MAGISTÉRIO E PAPADO

No Concílio Vaticano I, que teve início no ano de 1869 no Governo do Papa Pio IX, a Igreja decidiu entre muitas outras coisas a Infalibilidade do Papa. Isto é, o Papa é infalível, quando se trata de assuntos sobre fé e moral e quando fala ex cátedra, ou seja, como Chefe da Igreja e sucessor de São Pedro.

O Concílio fez essa afirmação a respeito do tema em questão:

Ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala ex cátedra, isto é, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida, a São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja, ao definir alguma doutrina sobre a fé e a moral e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis. Portanto o Pontífice Romano chefe, do colégio dos bispos, em virtude de seu ofício, goza da infalibilidade da Igreja, quando, qual pastor supremo e doutor de todos os fiéis, que confirma na fé os irmãos (Lc 22,32), sanciona com ato definitivo uma doutrina sobre a fé e a moral (HACKMANN, 2003, p. 89).

O Concílio Vaticano II no Documento *Lumen Gentium*, confirmou também essa doutrina da Infalibilidade do Romano Pontífice em convergência com a decisão do Concílio Vaticano I.

Esta é a definição do Documento citado:

O Colégio ou Episcopal ou o Corpo Episcopal não tem autoridade se nele não se considerar incluído, como chefe, O Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e permanecer intacto o poder primacial do Papa sobre todos, quer Pastores quer fiéis. Pois o Romano Pontífice, em virtude do seu múnus de Vigário de Cristo e Pastor de toda a Igreja, possui na Igreja poder pleno, supremo e universal. E ele pode sempre livremente exercer este seu poder. Mas a ordem dos bispos, que sucede ao Colégio Apostólico no Magistério e no regime pastoral e na qual em verdade o Corpo Apostólico continuamente perdura junto com seu Chefe o Romano Pontífice e nunca sem ele, é também detentora do poder supremo e pleno sobre a Igreja inteira. Todavia este poder não pode ser exercido senão com o consentimento do Romano Pontífice (LG. 52).

O Concílio Vaticano II ainda deu uma colaboração pertinente em suas referências sobre a atuação da Igreja no mundo, não só demonstrando a função do Papa no Magistério, mas indicando também os papéis dos Bispos, Presbíteros, Diáconos e até os fiéis Leigos. Eis a missão de cada um segundo o Concílio:

Bispos: são sucessores dos apóstolos e responsável pela comunidade, fazendo o papel de pastores que tem como missão cuidar do rebanho o qual foi a

ele confiado. Eles também unidos e submissos ao Romano Pontífice, fazem parte do Colégio Apostólico, e ainda tem como dever o múnus de ensinar, santificar e governar.

Presbíteros: embora não possuam o ápice do pontificado, e no seu exercício de seu poder dependam dos Bispos, estão, contudo, com eles unidos na dignidade sacerdotal. Eles são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, de maneira que são verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento.

Diáconos: estão em menor grau na hierarquia e através da imposição das mãos do Bispo são eleitos para o ministério e a comunhão com esse mesmo Bispo e o restante do clero governado por ele. Os diáconos estão a serviço da liturgia, da palavra e da caridade.

Leigos: são todos os cristãos, exceto os membros da ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes são fiéis pelo batismo, foram incorporados a Cristo, constituídos como povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão, na Igreja e no mundo.

O Concílio Vaticano II confirmou o que disse o Vaticano I sobre a infalibilidade do Papa e complementou ainda sobre a missão dos outros ministros ordenados (Bispos e Diáconos) e também dos leigos em comunhão com Sumo Pontífice. Aqui, se pode ilustrar a beleza e riqueza que possui a Igreja de Cristo em seu todo.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, compreendemos, pois, que o catolicismo, alicerçado pelos seus três pilares (Sagrada Escritura, Sagrada Tradição e Magistério), incentiva o estudo das fontes da fé, que chegou até nós por meio da Revelação do Criador à suas criaturas. A pedagogia desenvolvida pela Igreja para transmitir esta Revelação, foi a mesma usada por Cristo e seus apóstolos, quando iniciaram o anúncio da Boa Nova da salvação e esta, foi designada desde os primeiros séculos a ser a herdeira das verdades reveladas da nossa fé, e de ter como mestres, homens que vem de uma linha sucessora escolhida e eleita pelo próprio Deus, sendo o primeiro Pedro, e nos dias atuais a pessoa do Papa Francisco.

Embora Martinho Lutero e seus seguidores (nossos irmãos protestantes), tenham deixado de lado as verdades da Tradição e do Magistério, isso não a torna um objeto de descredito. Quanto a isso, verificou-se nesta pesquisa, que as verdades contidas na Tradição oral, assim como nas decisões do Magistério, são incontestáveis com base em diversas provas aqui apresentadas. Não podendo, portanto, ser exoneradas no que diz respeito aos ensinamentos da fé cristã como um todo. Por outro lado, o protesto de Martinho Lutero, impulsionou a realização do concílio de Trento que testificou a importância da Sagrada Tradição, assim como a do Magistério.

Isto posto, e tendo a pesquisa respondido as indagações propostas, embora o estudo sobre os pilares da Igreja, seja muito amplo e uma fonte inesgotável a ser pesquisada, espera-se que este artigo, seja um bom alicerce capaz de auxiliar os leitores a sustentarem-se e manterem-se sempre fieis aos ensinamentos do Magistério, recebido diretamente das Sagradas Escrituras e da Sagrada Tradição que são infalíveis por serem de origem Divina e não humana.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA. F. **Sagrada Escritura e Magistério**, Anápolis, 2017 (Apostila).
- BATTISTINI. **A Igreja do Deus Vivo**: Curso Bíblico Popular Sobre a Verdadeira Igreja. 33 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- BENTO XVI. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Verbum Domini**. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- BETTENCOURT. E. T. **Crenças Religiões Igrejas e Seitas Quem São?** 8. ed. Santo André: Editora Mensageiro de Santo Antônio, 2012.
- BETTENCOURT. E. T. Maria de Lourdes Corrêa Lima **Curso Bíblico Mater Ecclesiae**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2011.
- _____. **Católicos Perguntam**. São Paulo: **O Mensageiro de Santo Antônio**, 1997.
- BIBLIA AVE MARIA. 54. ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1987. (Revista por Frei João José Pedreira de Castro e pela equipe auxiliadora).
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Editora Vozes, 1993.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. Petrópolis: Editora Vozes, 1969.
- COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANA-ROMANA. **O Dom da Autoridade da Igreja**, São Paulo, Paulinas, 1999.
- EUSÉBIO DE CESÁREIA. **Patrística**: História Eclesiástica Tradução Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000.
- GRELOT PEDRO, **Introdução Bíblia** Tradução das Monjas Beneditinas Abadia de Santa Maria. São Paulo: Edições Paulinas, 1970.
- HACKMANN. G. L. B. A. **Amada Igreja de Jesus Cristo**: Manual de Eclesiologia como Comunhão Orgânica. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- HAHN. S. & MITCH C. **O Evangelho de São Lucas**: Cadernos de Estudo Bíblico 1 ed. Tradução de Alessandra Lass. Ecclesiae, Campinas, 2015

_____**O Evangelho de São Mateus: Cadernos de Estudo Bíblico.** ed.1
Tradução de Thomas Perroni, Campinas: Cedet. 2014.

IRINEU DE LIÃO. **Patrística: Contra as Heresias** Tradução Lourenço Costa. São Paulo, 1995.

SEANNER. P. **Introdução aos Evangelhos Sinóticos**, Anápolis, 2015 (Apostila).

ZAGHENI. G. **A Idade Moderna: Curso de Teologia III.** Tradução José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1999.